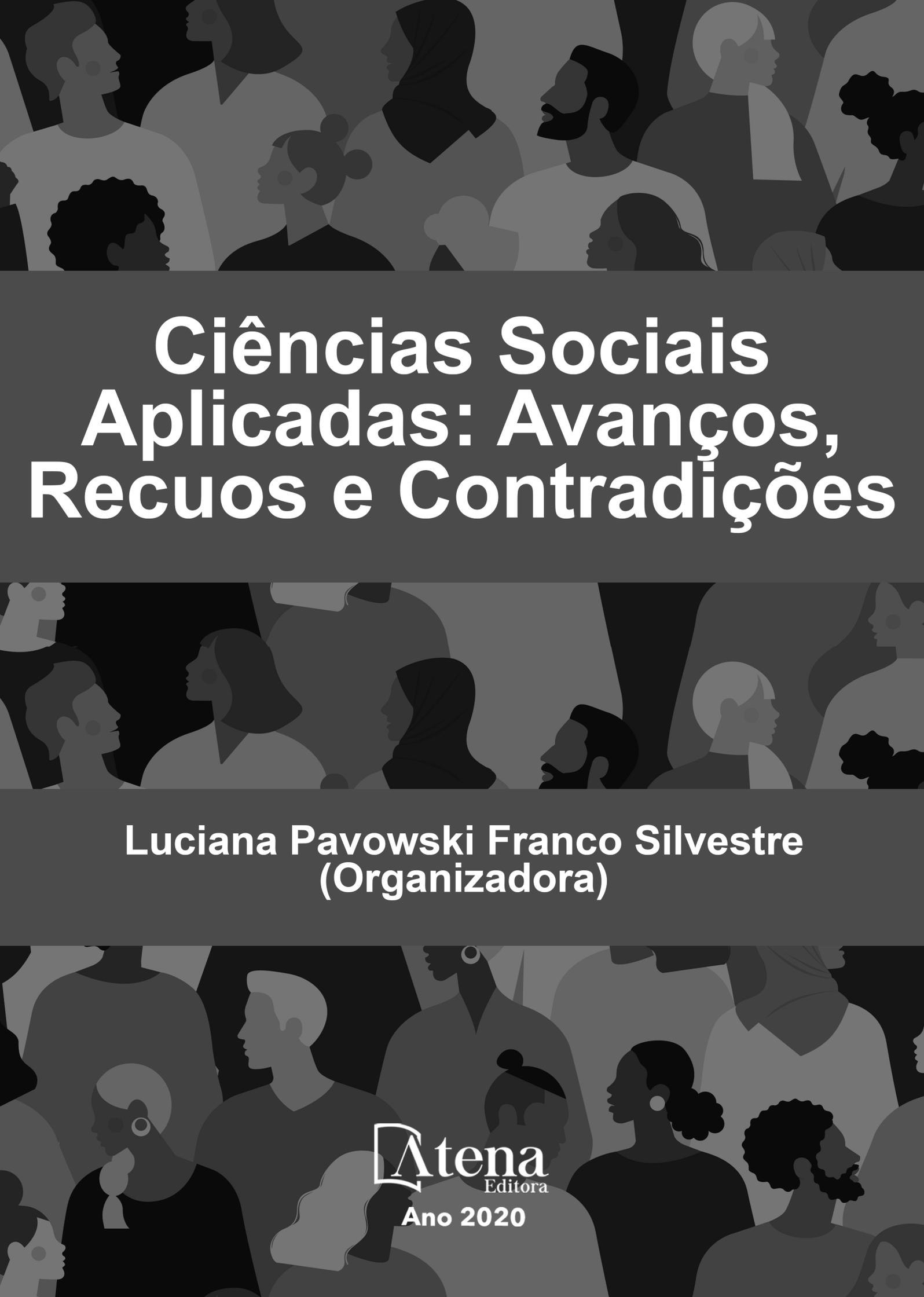


Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: avanços, recuos e contradições

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : avanços, recuos e contradições / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-248-7 DOI 10.22533/at.ed.487201008 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta através do e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, recuos e contradições” pesquisas que contemplam debates bastante relevantes, considerando-se a importância da pesquisa para reconhecimento e registro dos impactos das consequências das contradições postas no atual contexto nacional.

O e-book é composto por vinte e dois artigos, com temáticas relacionadas principalmente a três eixos: Empreendedorismo e gestão empresarial; Cidadania e políticas públicas e Estratégias relacionadas a resolução de conflitos e processos judiciais.

No eixo que se refere ao empreendedorismo e gestão empresarial, os estudos são tratados a partir da análise do processo de planejamento, gestão de pessoas, estratégias competitivas, sustentabilidade e possíveis impactos diante da diminuição do apoio do poder público no que se refere a áreas de desenvolvimento.

As pesquisas que se relacionam com a temática cidadania e políticas públicas são contempladas a partir de um mapeamento de estudos que se referem aos processos de exclusão social nos programas de pós graduação, impactos nas políticas públicas diante das mudanças dos processos de gestão e formas de atuação estatal, a comunicação como estratégia para democratização e visibilidade dos direitos, questões de gênero, patrimônio histórico e habitação.

As mudanças que vem ocorrendo na forma de atuação do sistema judiciário ganham visibilidade nas pesquisas publicadas, ao apresentarem como objeto de análise a conciliação, a resolução de conflitos, a auto confrontação e a justiça restaurativa.

Esperamos que o e-book possa contribuir com o compartilhamento das pesquisas realizadas, fortalecimento da ciência como instrumento de democratização do conhecimento, bem como, que favoreça a realização de novos estudos para desvelamento dos avanços, recuos e contradições postos no cotidiano da vida em sociedade.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BRASILEIRA EMPREENDEDORA DO SÉCULO XXI: O PERFIL, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS	
Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho Wesley Fernandes Araújo Neila Pio de Moraes Stênio Lima Rodrigues José Janielson da Silva Sousa Luzia Rodrigues de Macedo Neilany Araujo de Sousa Ana Maria Soares de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.4872010081	
CAPÍTULO 2	14
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE MARKETING NO EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DA INCUBADORA MACKENZIE	
Matheus de Souza Silva Roberto Gondo Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.4872010082	
CAPÍTULO 3	30
A INFLUÊNCIA DA LIQUIDEZ E DO ENDIVIDAMENTO NA MARGEM EBIT DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO	
Jose Matias Filho Caio Yudi Kunii	
DOI 10.22533/at.ed.4872010083	
CAPÍTULO 4	43
GESTÃO DE PESSOAS EM PROJETOS NO WALT DISNEY WORLD	
Beatriz Dantas Marques Virgínia do Socorro Motta Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.4872010084	
CAPÍTULO 5	55
MODELO SEE-NOW, BUY-NOW COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DA MODALIDADE FAST-FASHION NA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL	
Liliane Melo de Lima Ana Lúcia Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4872010085	
CAPÍTULO 6	65
EVENTOS E SUSTENTABILIDADE: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES	
Felipe de Oliveira Silva Maria Carolina Bucco Mirian Teresinha Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.4872010086	
CAPÍTULO 7	76
O IMPACTO DA REDUÇÃO DE APOIO DO GOVERNO NO PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO NO APL DE ARTESANATO DE PALHA EM MASSAPÉ - CE	
Luis André Aragão Frota Anne Graça de Sousa Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4872010087	

CAPÍTULO 8	95
A EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES TEMÁTICAS: MAPEAMENTO DE TESES (2015 – 2017)	
Deborah Yoshie Arima Arlinda Cantero Dorsa	
DOI 10.22533/at.ed.4872010088	
CAPÍTULO 9	107
DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS AO PROGRAMA REDENÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Alessandra Medeiros Viviane de Paula Geovane Borges da Silva Leonardo dos Santos Lindolfo	
DOI 10.22533/at.ed.4872010089	
CAPÍTULO 10	119
O PODER DO RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE DIVULGAÇÃO DO DIREITO E ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS	
Luiz Jeha Pecci de Oliveira José Manfroi	
DOI 10.22533/at.ed.48720100810	
CAPÍTULO 11	131
RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS LATENTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA ANÁLISE FATORIAL E DA MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.48720100811	
CAPÍTULO 12	145
SOCIALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA	
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa Adir Luiz Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.48720100812	
CAPÍTULO 13	157
HABITAÇÃO RIBEIRINHA EM MANACAPURU: ESTUDO DAS VEDAÇÕES DOS ENCAIXES POR PROTOTIPAGEM RÁPIDA	
Ana Carolina Sevzatian Terzian Célia Regina Moretti Meirelles	
DOI 10.22533/at.ed.48720100813	
CAPÍTULO 14	171
A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CASO DO ESPAÇO HAROLDO DE CAMPOS DE POESIA E LITERATURA (SP)	
Letícia Cassiano dos Santos Juliana Maria Vaz Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.48720100814	
CAPÍTULO 15	184
ANDROID-GYNE: PERFORMANCE, GÊNERO E LIMINARIDADE	
Ana Beatriz Barreira Leite Romário Cosme da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.48720100815	

CAPÍTULO 16	192
BANCA PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO: INSTRUMENTO PARA PREVENIR E COMPOR CONFLITOS JUDICIAIS E OS REFLEXOS PÓS-COVID-19	
Tatiane Oliveira Martins	
Jéssica Daiane Filgueiras Sampaio	
Joseline Mangabeira da Silva	
Alexandre Ernesto de Almeida Pereira	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.48720100816	
CAPÍTULO 17	204
ESTUDO SOBRE ASPECTOS DA FORMAÇÃO E DO PAPEL DO INTERVENIENTE NA CLÍNICA DA ATIVIDADE: EM SITUAÇÃO DE AUTOCONFRONTAÇÃO	
Dalvane Althaus	
DOI 10.22533/at.ed.48720100817	
CAPÍTULO 18	222
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CAMPO DE PRATICAS SOCIOEDUCATIVAS	
Stella Maris Flores Cucatti	
DOI 10.22533/at.ed.48720100818	
CAPÍTULO 19	233
ENTRE “MORTADELAS” E “COXINHAS”: O DISCURSO POLÍTICO DOS YOUTUBERS BRASILEIROS	
Amanda Cristine Zanoto Fouani	
DOI 10.22533/at.ed.48720100819	
CAPÍTULO 20	243
MARIA JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO: UMA HISTÓRIA DE VIDA	
Stephanie Jully Santos de Oliveira	
Michelle Marques Manhães	
Rayssa da Cruz Ramos Silva	
Priscila da Silva Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.48720100820	
CAPÍTULO 21	253
AVALIAÇÃO DO GRAU DE EMPREENDEDORISMO DE EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Paula Maria Pedrosa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.48720100821	
CAPÍTULO 22	263
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Renan Gonçalves Gabriel	
DOI 10.22533/at.ed.48720100822	
SOBRE A ORGANIZADORA	273
ÍNDICE REMISSIVO	274

O PODER DO RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE DIVULGAÇÃO DO DIREITO E ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 27/04/2020

Luiz Jeha Pecci de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande, MS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0023832440291479>

José Manfroi

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande, MS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7229537178876462>

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de investigar o poder da utilização do rádio como instrumento pedagógico e meio de acompanhamento e divulgação de mudanças sociais, pela promoção de conhecimentos jurídicos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, serão trazidas considerações sobre as mudanças sociais, decorrentes dos mais diversos fatores, e suas implicações na área do direito. Quanto à aplicação estritamente pedagógica do rádio, será dado um breve quadro dos problemas educacionais brasileiros, salientando como isso prejudica a aquisição de informações pelas pessoas, e apresentando algumas propostas para a correção de tais

questões, focando na ampliação dos usos de comunicação de massa para a divulgação de informações. Ainda, será falado sobre a história do desenvolvimento da tecnologia do rádio, e sua efetiva aplicação no campo do direito e da pedagogia, lembrando a atuação da Rádio FM UCDB, como sustentáculo à tese central. Na consecução dessa pesquisa, será utilizado o método dedutivo, com procedimento científico funcionalista, apoiado pelo uso de embasamento teórico interdisciplinar entre as áreas tratadas. Sobre os resultados, verificou-se que as comunicações radiofônicas são instrumentos úteis para ampla difusão de conhecimento, facilitando seu acesso à população comum, e divulgando as mudanças sociais, concluindo-se que são uma excelente maneira de concretizar a cidadania e o desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Direito e rádio. 2. Pedagogia jurídica. 3. História do rádio. 4. Mudanças sociais.

THE RADIO'S POWER AS PEDAGOGICAL INSTRUMENT OF LAW DIFUSION AND SOCIAL CHANGES MONITORING

ABSTRACT: This paper has the objective of investigate the power of using the radio like a pedagogical instrument and way of monitoring

and dissemination of social changes, by promoting juridical knowledges. By means of a bibliographical research, there will be brought considerations about the social changes, arising from the more diverse factors, and their implications in the area of Law. About the strictly pedagogical application of the radio, a brief framework of the Brazilian educational problems will be given, stating how it harms the information acquisition by the people, and presenting some purposes to deal with such matters, focusing on the expansion of the mass communication uses to spread information. Still, the history of radio development will be talked, as well as its effective application in the fields of Law and Pedagogy, remembering the actions of Radio FM UCDB, as support for the central thesis. In the achievement of this research, it will be used the deductive method, with functionalist scientific procedure, supported by the use of interdisciplinary theoretical basis between the treated areas. About the results, it has been verified that the radio communications are useful instruments for large knowledge diffusion, facilitating its access to the common population, and spreading the social changes, concluding that they are an excellent manner of achieving the citizenship and human development.

KEYWORDS: 1. Law and Radio. 2. Juridical Pedagogy. 3. Radio history 4. Social changes.

1 | INTRODUÇÃO

A vivência em um mundo que vem passando por mudanças das mais diversas naturezas ocasiona interessantes reflexões sobre os problemas que gera. Um deles envolve a questão da transmissão de informações de qualidade a grupos cada vez mais amplos, o que se vincula à efetiva utilização dos meios de comunicação de massa para conseguir bom resultado nesse objetivo, de modo a aproveitar seu poder de informação.

Eis o propósito deste trabalho, sendo-o um estudo sobre como realizar uma efetiva transmissão de informações para as pessoas de modo a acompanhar a evolução da própria sociedade, e utilizando-se dos meios de comunicação de massa. Dentre eles, destaca-se o rádio, tendo-se em conta o potencial pedagógico desse meio, apto a ser expandido para outras áreas.

Assim, o objetivo específico do presente artigo consiste em compreender a importância da comunicação radiofônica como ferramenta útil para a divulgação de conhecimento jurídico de maneira mais acessível à população ouvinte, e sua defesa perante um contexto de constantes mudanças sociais ainda em vias de serem melhor absorvidas pela sociedade.

Valer-se-á, aqui, de pesquisa com método de abordagem dedutivo e procedimento funcionalista, pois se pretende explanar um contexto maior de mutabilidade jurídica, deficiência educacional no Brasil, e a amplitude da utilidade da comunicação radiofônica, chegando a uma conclusão que correlacione esse panorama com a atuação da rádio FM UCDB na passagem de informações atinentes ao mundo do direito.

Quanto à estruturação do artigo, em primeiro lugar será trabalhada a relação do direito com as mudanças sociais, explorando o contexto de uma modernidade constantemente fluida e sua ligação com a parte jurídica da sociedade, ressaltando o conflito dessa modernidade com a tendência estática do meio social.

Então, antes de se entrar no mérito das próprias comunicações radiofônicas e, ainda, de seu real poder pedagógico, será exposto um cenário referente à educação no Brasil, apontando-a como área originalmente problemática, o que dificulta o processo de compreensão de dados pelas pessoas, ainda mais quando se trabalha com na seara estritamente jurídica, pois ela traz conhecimento técnico inacessível a muitos. Além disso, serão trazidas críticas ao modelo educacional brasileiro, ao passo que também serão propostos caminhos para a possível correção de seus problemas.

Um desses caminhos, sobre o qual se discorrerá a seguir, é o emprego dos meios de mídia no processo de ensino e aprendizagem, de modo que sua análise venha centrada na figura do rádio. Será, então, apresentada breve história sobre o desenvolvimento do rádio e sua funcionalidade, em particular quando sua tecnologia chegou ao Brasil, com a menção a figuras determinantes para o desenvolvimento de tal tecnologia, tais como o alemão Heinrich Hertz, o italiano Guglielmo Marconi e o padre brasileiro Roberto Landell de Moura. Então, será trabalhada a aplicabilidade do rádio como ferramenta estritamente pedagógica, apta a levar conhecimento às massas de forma acessível. Dessa maneira, também se explora a possibilidade de lhes levar conteúdo jurídico, cientificando-as sobre os processos de mudança e evolução social, trabalhados no início dos presentes escritos.

2 | DIREITO E MUDANÇA SOCIAL

O mundo do século XXI experimenta grandes mudanças. Fatores de ordem econômica, política e cultural moldam as sociedades do presente de forma rápida, traduzindo a época em que se inserem como sendo um momento de inclusão social, desenvolvimento humano, e progresso material.

Essa velocidade de mudanças é uma expressão daquilo que foi tratado por Baumann, nos termos:

O que está acontecendo hoje é, por assim dizer, uma redistribuição e realocação dos “poderes de derretimento” da modernidade. Primeiro, eles afetaram as instituições existentes, as molduras que circunscreviam o domínio das ações-escolhas possíveis, como os estamentos hereditários com sua alocação por atribuição, sem chance de apelação. Configurações, constelações, padrões de dependência e interação, tudo isso foi posto a derreter no cadinho, para ser depois novamente moldado e refeito; essa foi a fase de “quebrar a forma” na história da modernidade inerentemente transgressiva, rompedora de fronteiras e capaz de tudo desmoronar. Quanto aos indivíduos, porém — eles podem ser desculpados por ter deixado de notá-lo; passaram a ser confrontados por padrões e figurações que, ainda que “novas e aperfeiçoadas”, eram tão duras e indomáveis como sempre (1999, p. 13).

Assim sendo, estas mudanças precisam ser absorvidas em sua plenitude pela

sociedade, o que se expressa pela recepção de tais mudanças dentro do corpo regulatório que o direito nacional constitui. Desta maneira, estabelece-se que se devem positivar progressivamente novas questões para abarcar tal volume de mudanças.

No entanto, é cabível lembrar que a segurança jurídica do país é colocada em risco por este processo. Assim se postula em virtude da natureza sólida que o ordenamento jurídico deve possuir em determinado tempo e espaço, como traz Dias:

No entanto, é importante destacar que, sendo o controle social jurídico o principal agente que assegura a estabilidade da ordem social, seus mecanismos funcionam com uma tendência conservadora, evitando mudanças radicais e buscando alterações parciais, emendando e retocando o existente. Desse modo, pode-se afirmar que, embora o Direito não seja um instrumento contrário a mudanças, devido às suas características e funções, atua de modo geral como se o fosse (2009, p. 196).

A superação desse tipo de barreira é dada por outro detalhe: ainda que o direito seja rígido por natureza, sua essência é dinâmica, justamente porque o mesmo é instrumento da sociedade. Admitir a petrificação de todo um sistema jurídico é negar à sociedade que ela própria possa ser objeto de alterações, sendo elas decorrentes dos fatores expostos no início deste capítulo. Eis o cerne racional da atuação da produção normativa, seja pela via legal ou pela via consuetudinária.

Tal razão vem corroborada nos dizeres de Gonçalves, na medida em que discorre sobre a complexidade das sociedades modernas, que carregam inexorável reprodução de diferenças entre seus membros, levando à potencial incerteza do sistema social. Isso deve se traduzir em boa capacidade de absorção de tais diferenças pelo direito, que ele explica da seguinte forma:

O direito é especializado em generalizar congruentemente expectativas normativas. Em outras palavras, isto significa que o sistema jurídico constrói mecanismos abstratos e indiferentes aos fatos: mesmo diante da frustração fática de uma expectativa, o direito é capaz de mantê-la inalterada no tempo. Ele cria uma forma de imunização em relação às diferenças do seu ambiente que, ainda que existam e se reproduzam, são ocultadas pela criação de expectativas normativas. Esta é a fórmula que o sistema jurídico utiliza para reduzir complexidade e diminuir contingência. Esta é a certeza que o direito oferece para as operações sociais. É justamente neste momento que se observa o renascimento da certeza do direito no direito positivo (2006, p. 215).

Finaliza-se essa ideia central postulando-se a base norteadora para este trabalho, de modo a sustentar que, em que pese o fato de o direito se apresentar como uma estrutura coesa e firme, a sociedade na qual ele se insere sujeita-se a mudanças diversas, que naturalmente obrigá-lo-ão a se adaptar a ela.

Tais mudanças podem ser veiculadas pela própria sociedade através dos meios de comunicação de massa. Porém, antes de se abordar essa questão, especificamente quanto às suas aplicações essencialmente pedagógicas, é necessário que se façam observações sobre o processo de transmissão de informações às pessoas, que esbarra em um dos grandes problemas do Brasil moderno, e que dificulta o processo de inteligibilidade das mudanças sociais: a qualidade do sistema educacional, que, com seus defeitos, prejudica a

compreensão das pessoas sobre sua própria realidade, seja adulterando-a, ou negando-a.

3 | O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO

Diante de um meio onde o direito é visto como instrumento de mudança social, a viabilização das mesmas induz ao problema do método utilizado para acompanhá-las. Em sociedades modernas, meios de comunicação de massa são úteis para isso, bem como para dar amplitude perante a sociedade das alterações verificadas conforme sua evolução. E o bom aproveitamento de tais meios à instrução sociojurídica requer, antes, uma análise sobre conceitos especificamente pedagógicos.

Sob a ótica jurídica, possibilitar que as pessoas tenham acesso a informações técnicas de qualidade com meios acessíveis nada mais é do que o estrito cumprimento do que preleciona o artigo 2º da Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, ao estipular a seguinte redação:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

E, antes de se falar sobre qualquer outro assunto referente à Educação no Brasil, é necessário que, preliminarmente, faça-se uma breve pontuação sobre a característica da própria sociedade que a insere no âmbito do ensino, evocando os termos de Libâneo:

[...] a sociedade atual é eminentemente pedagógica, ao ponto de ser chamada de sociedade do conhecimento. Vejamos alguns exemplos. Está se acentuando o poder pedagógico dos meios de comunicação: TV, imprensa, escrita, rádio, revistas, quadrinhos. A mídia se especializa em fazer cabeças, não apenas no campo econômico, político; especialmente no campo moral, vemos diariamente a veiculação de mensagens educativas, a disseminação de saberes e modos de agir através de programas, vinhetas e chamadas sobre educação ambiental, AIDS, drogas, saúde. Há práticas pedagógicas nos jornais, nas rádios, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos, revistas; na criação e elaboração de jogos, brinquedos; nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários, formação profissional em serviço (2001, p. 4).

Em decorrência desse pensamento, é natural que se formulem hipóteses sobre a maneira correta de ensinar. O modelo educacional brasileiro tem amalhado resultados preocupantes nos testes e exames dessa área, justamente por seu alicerce ser defeituoso, em esferas que vão desde a alfabetização até a educação superior. O desprestígio do docente, a má condição material das escolas e universidades, a pouca relevância nacional e internacional das teses acadêmicas produzidas (que pode ser traduzida em futilidade), e a redução do padrão de ensino e admissão em instituições educacionais para abarcar políticas públicas de interesses escusos estão entre as muitas causas da decadência pedagógica experimentada pelos brasileiros.

Esses problemas vêm trabalhados por Santos, quando o mesmo estabelece um

modelo educacional ideal, criticando o atual:

Ressalto que está na consequência de uma boa escola ser formadora de uma elite. Ela, em sua composição primeira, ocupa-se em melhorar as suas criaturas, não só no sentido intelectual, mas na conduta moral. Por infelicidade de nossos dias, há algumas décadas, a escola brasileira, em sua quase totalidade, tornou-se um tipo oposto a tudo isso. Não é a proposta discutir aqui esse tipo de monstrego que a escola virou, mas salientar que parte disso se deve ao símbolo e método que escolheram.

[...]

Meus últimos dizeres são os de que a condição necessária para uma boa pedagogia é o domínio intelectual da disciplina ensinada. Com isso, sempre haverá simplicidade intelectual, elegância expositiva, traços de um verdadeiro pedagogo, capaz de elevar os homens aos mais altos valores, libertando-os de suas situações de massa (2017, p. 40-42).

A base exposta gera efeitos nefastos, dificultando o processo de alfabetização, negligenciando a inovação técnica, e desvalorizando o potencial criador dos que estudam, em prol de noções coletivas abstratas. A longo prazo, esses resultados aprofundam um ambiente intelectual decadente, que vem criticado nas palavras do pensador Mário Ferreira dos Santos, na medida em que ele traz uma analogia com a pedagogia medieval, quando a opõe à “barbárie” moderna que critica:

Quão distantes estamos nós daquela Idade Média (que os tolos querem chamar de época de trevas), em que se exigia, para o estudante de filosofia, que comentasse as Sentenças de Pedro Lombardo com argumentos próprios, e só se dava valor ao trabalho que apresentava alguma originalidade, novos argumentos, e respondesse com mais firmeza aos argumentos falsos, trouxesse novas demonstrações; em suma, que fosse criador! Hoje, um aluno que tente fazer isso, peca contra a pureza do barbarismo, ofende essa nova e falsa sacralidade que se prega. O aluno é apenas um repetidor, e é objeto de mofa dos mestres quando tenta criar, e logo vem a apóstrofe: “Quem é você para pretender lançar novos pensamentos?”. Que inominável crime (2012, p. 112-113).

Lançado o problema, afigura-se a necessidade de buscar alternativas a tais metodologias, reformulando as bases do sistema educacional brasileiro. A retomada de um modelo de ensino que desenvolva a real intelectualidade, simbolizado pela educação clássica, pode auxiliar na resolução dos nossos problemas pedagógicos. Assim sustenta Fernandes a respeito deste tema:

Enfim, a educação clássica é a pedagogia do oprimido pela ignorância que busca a autonomia para que, por suas próprias pernas, possa buscar o que é bom, belo e verdadeiro; possa trabalhar, contemplar a realidade e ter cada vez mais certeza de que está no caminho certo, caminho sem fim, mas certo. E quando esse oprimido se sentir inseguro ao lutar bravamente contra a ignorância, pela sua libertação, terá a certeza de que não está sozinho; alguém antes dele deve ter deixado uma canção sobre como fazer fogo (2017, p. 64).

Assim, mostram-se possibilidades para iniciar a correção dos problemas educacionais do Brasil. O resgate educacional defendido passaria pela valorização da figura do professor enquanto detentor das informações e facilitador da passagem de conhecimento, o estímulo ao ensino de novos idiomas (especialmente os clássicos) e conhecimentos práticos do

cotidiano, a flexibilização curricular com vistas à consecução de sua independência de um modelo engessado de gestão central, e o aproveitamento pedagógico de novas tecnologias. A aplicação de tais ideias figura entre algumas das possíveis propostas basilares para o melhoramento do desempenho intelectual do brasileiro.

Especificamente quanto ao último ponto, podem ser trabalhadas ideias melhores e mais sólidas para expandir as fronteiras do conhecimento além das salas de aula, valendo-se de instrumentos com os quais o cidadão já esteja familiarizado. Retorna-se, aqui, à ideia da comunicação de massa, com a proeminência do uso do rádio.

4 | O PODER DO RÁDIO

O rádio como instrumento informativo tem múltiplas vantagens. É um item acessível, barato, e cujas transmissões se estendem a grandes áreas, em uma relação positiva de custo-benefício. Dessa maneira, o mesmo se mostra um interessante instrumento na difusão de informações e conhecimentos específicos, particularmente aqueles voltados ao mundo jurídico, para colocá-los ao alcance da população comum. E compreender esse uso envolve o conhecimento de sua história no Brasil e no mundo, bem como seu potencial aplicado especificamente à pedagogia.

4.1 Breve histórico

A comunicação radiofônica é relativamente nova no mundo. Avanços tecnológicos do fim do século XIX levaram ao desenvolvimento desta forma de comunicação, vislumbrando-se nela uma utilidade cada vez mais ampla.

Desde que o físico alemão Heinrich Hertz (1857-1894) provou a existência das ondas eletromagnéticas, na década de 1880, comprovando e aplicando a teoria do físico escocês James Clerk Maxwell (1831-1879), formulada em 1864 (HUURDEMAN, 2003), uma série de inventores experimentou a amplitude de suas possíveis implicações no desenvolvimento de diversos aparelhos.

Um deles foi o italiano Guglielmo Marconi (1874-1937), sobre quem Squirra tece o seguinte comentário:

“Todavia, é na Itália, com Guglielmo Marconi, que a comunicação pelo rádio vai ser efetivamente descoberta. Estimulado pelos escritos de Hertz e com equipamentos similares, dedicação absoluta e com o dinheiro da família, Marconi produziu o primeiro aparelho de rádio da história. Com apenas 22 anos, Marconi vai até Londres e, em 1896, registra sua patente. No ano seguinte, cria sua própria empresa, que passa a oferecer aparelhos de rádio e serviços de telegrafia sem fios para o público. Muitas empresas e governos se interessam. O sistema passa a equipar sobretudo navios e marinhas mercantes e de guerra dos países que adquiriam o sistema (1995, p. 14).”

No vigor intelectual do início do século XX, o Brasil também deu suas contribuições ao desenvolvimento mundial das comunicações radiofônicas. O padre gaúcho Roberto

Landell de Moura (1861-1928) desenvolveu aparelhos de transmissão de sons e sinais telegráficos sem fio, figurando como um dos criadores do rádio, ao lado de Marconi. Há controvérsias historiográficas que sustentam a alegação de ter o sacerdote brasileiro, na verdade, precedido o italiano, como trazem Trindade e Trindade, ao comentar sobre a história do padre:

No final do século XIX as telecomunicações, por meio de ondas eletromagnéticas, começavam a modificar as dimensões do mundo. Em setembro de 1895, Guglielmo Marconi efetuou sua primeira transmissão de rádio. Um pouco antes, em 1893, o Padre Landell de Moura concluiu o projeto do transmissor de ondas, fazendo a primeira transmissão pública de rádio do mundo. Sua voz emitida num aparelho na Avenida Paulista, em São Paulo, atravessou oito quilômetros e foi ouvida, com clareza, num receptor no alto de Santana. Marconi só faria o seu aparelho dois anos mais tarde.

Em 1901, recomendou a utilização de ondas curtas para aumentar o alcance das transmissões. Marconi considerou que isso era algo inútil, mas em 1924 admitiu que estava equivocado. Criou também as válvulas de três pólos (tríodo), patenteadas em 1906 por Lee de Forest e que seriam fundamentais para o desenvolvimento futuro do rádio e da televisão. O padre gaúcho retornou ao Rio de Janeiro e pediu ajuda ao presidente Rodrigues Alves para dar continuidade ao seu trabalho. Após a negativa do governo brasileiro, muito desiludido, destruiu seus aparelhos e voltou a se dedicar ao sacerdócio (2003, p. 5).

Muito do alcance do rádio como meio de comunicação pode ser compreendido a partir de sua história no Brasil: chegando aqui, o rádio iniciou e promoveu uma série de evoluções nas mais diversas áreas, como a econômica, a social e a política (MENEGUEL; OLIVEIRA, 2012). Ele surgiu como uma inovação na comunicação internacional, e as notícias poderiam ser acompanhadas de uma forma mais célere, sem as inconveniências da mídia impressa. As pessoas poderiam saber do cotidiano da comunidade, do país e do mundo de uma forma mais rápida que o jornal impresso lhes permitia saber.

A respeito do período de início da difusão do uso do rádio no Brasil, Ferraretto lembra sua multiplicidade de utilizações, causando deslumbramento inicial no público nacional:

Dentro dos valores burgueses, portanto em voga, as irradiações têm pretensão educativo-cultural, incluindo, além de música gravada e ao vivo, até mesmo palestras de cunho científico. Neste quadro, expressões musicais mais populares como samba vão encontrar, de início, resistência para serem veiculadas. Os clubes e sociedades de rádio são orientados, assim, por um associativismo idealista de elite misturado a certo entusiasmo tecnológico: voltada à ilustração dos ouvintes, impõe-se uma perspectiva cultural e científica. Neste sentido, destacam-se as iniciativas pioneiras do Rádio Clube de Pernambuco, fundado em 1919 na cidade de Recife, e da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, organizada no ano de 1923, na então capital federal, por Edgard Roquette-Pinto, espécie de ícone intelectual deste processo (2012, p. 9).

Assim, diante do sucesso introdutório dessa tecnologia em terras brasileiras, sua funcionalidade pode, progressivamente, ser explorada e expandida.

4.2 O rádio como ferramenta jurídico-pedagógica

Finda a apresentação do contexto histórico do desenvolvimento do rádio e sua inserção na sociedade brasileira, podem ser melhor desenhadas hipóteses para viabilizá-

lo como eficiente método veiculador das mudanças sociais, ao passo que também sirva como instrumento de ampliação do conhecimento jurídico.

Não é raro que as pessoas liguem os rádios pela manhã em suas casas ou veículos a caminho do trabalho para saber sobre o trânsito, o clima, as previsões do tempo e como as principais notícias dos jornais do dia. Esse interesse particular por parte dos ouvintes despertou profundas evoluções na grade de programação de várias emissoras de rádio.

A utilidade do rádio é trabalhada com precisão por Gomes, na medida em que explica algumas de suas vantagens:

Embora o rádio seja um meio de comunicação de alcance e repercussão nacional, o regionalismo está presente neste contexto. O baixo custo dos equipamentos e dos receptores permite que, mesmo nas regiões mais distantes, haja uma equipe de rádio, o que dá espaço para a regionalização das informações e das características peculiares do rádio, como a linguagem, as expressões utilizadas por locutor e também as músicas transmitidas.

Outra característica a ser ressaltada é a mobilidade, tanto no que se refere ao emissor quanto ao receptor. O primeiro tem a possibilidade de estar no momento do acontecimento do fato com maior rapidez, devido à facilidade de mobilização técnica. Com um gravador nas mãos, é possível fazer uma entrevista e transmitir a voz do entrevistado para a estação de rádio pelo telefone mais próximo. A mobilidade do rádio, com relação ao receptor, está relacionada à não ligação do mesmo com fios e tomadas. Para ouvir rádio, não é preciso estar em casa ou ao lado do aparelho emissor. Em algumas residências, observamos a presença do rádio em muitos ambientes: sala, cozinha, banheiro, etc. O rádio é ainda um companheiro nos momentos de locomoção, quando estamos dirigindo ou como passageiros (2009, p. 231).

Percebendo tais interesses, instituições que trabalham com a educação, variando do governo a empresas privadas, vêm progressivamente inserindo iniciativas educacionais nos meios de comunicação de massa, tal como comentado por Altoé e Silva:

No Brasil, o uso das tecnologias na educação esteve, primeiramente, voltado para o ensino a distância. O Instituto Rádio-Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941, realizaram as primeiras experiências educativas com o rádio. Entre essas experiências destaca-se a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), que visava a alfabetizar e apoiar a educação de jovens e adultos por meio das “escolas radiofônicas”, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Outro projeto importante transmitido pelo rádio MEC foi o projeto Minerva. De 1967 a 1974 foi desenvolvido, em caráter experimental, o Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) com a finalidade de usar o satélite doméstico, utilizando o rádio e a televisão como meios de transmissões com fins educacionais. Essas atividades eram subdivididas em dois projetos: um era direcionado para as três primeiras séries do ensino fundamental e outro para o treinamento de professores (2005, p. 7).

Levando o desenrolar da tese deste trabalho a nível local, na área de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, deve-se salientar o trabalho desenvolvido pela rádio FM UCDB, mantida pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na promoção de programas que têm o objetivo de levar ao cidadão comum o conhecimento sobre questões potencialmente relevantes para a vivência do dia-a-dia.

Exemplificando-se a aplicação acima narrada, uma das iniciativas da Rádio mencionada é a condução do Minuto Jurídico, momento curto de programação em que é

apresentado conteúdo que versa sobre situações simples, imergindo o cidadão no mundo do direito. Durante um minuto, um expositor escolhido pela UCDB apresenta um tema de forma rápida e com um linguajar acessível, contextualizando o cidadão em uma questão jurídica. A programação aborda temas que variam entre o conhecimento estritamente técnico de disciplinas materiais e processuais e pontuações sobre a ética na advocacia e funções públicas, dando aos ouvintes dicas sobre como lidar com essas situações da forma como potencialmente se apresentem no cotidiano.

Isso nada mais é do que a concretização da ideia de ampliar a acessibilidade do conhecimento, aproveitando-se duplamente da vasta rede de informações na qual a sociedade se encontra inserida, e do uso de expressões simplificadas para que sejam atingidas mais pessoas, com melhor aproveitamento.

Assim confirma Blois, quando aborda o impacto educativo do uso do rádio:

Na Educação, o Rádio, em oito décadas, contabiliza expressivas realizações, marca seu compromisso com a nossa cultura, mantém um certo padrão da língua portuguesa, passando informalmente aos ouvintes norma culta, sem negar ou desprezar a diversidade regional num país continente. Segue sua vocação de meio que tem na construção da cidadania o seu principal fim. Com propostas educativas, já provou que pode ser eficiente, eficaz e democrático (2003, p. 9).

Por fim, estabelece-se que, dessa forma, essa ampliação de disseminação de ideias ainda informa melhor as pessoas sobre as mudanças pelas quais passa a sociedade, de modo a situá-las em seu momento temporal e local, de modo que a comunicação radiofônica ocupa *status* de vanguarda, apoiada no aduzido processo de facilitação pedagógica. Em consequência disso, fixa-se um panorama de futuro interessante e promissor para os meios jurídico, social e pedagógico da realidade brasileira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o trabalho com a Educação é complexo. O processo humano de transmissão de conhecimento é longo, e nele se observam percalços de diversas origens. Um deles é a potencial dificuldade de se encontrar um meio de levar às pessoas novas ideias de maneira que lhes seja acessível a obtenção de informações e a compreensão do que é passado, considerando os respectivos contextos pessoais e sociais nos quais se inserem.

Diante de tal paradigma, surgiu a ideia de desenvolver este trabalho, com a finalidade principal de provar a eficácia que a transmissão de conteúdos pela via radiofônica pode ter para suprir essa lacuna e levar conhecimentos antes revestidos de um tecnicismo inalcançável para as pessoas comuns, de modo a fazê-las visualizar como eles podem ser úteis no cotidiano.

Entre esses conhecimentos, encontram-se os relativos à área jurídica. Por mais elementar que seja a consciência sobre os direitos e prerrogativas próprios dos seres

humanos, as dificuldades de levá-la a todos são um obstáculo no efetivo exercício da cidadania. Casos concretos comuns do cotidiano que eventualmente possuam repercussão cível, criminal, trabalhista, ou de qualquer outra natureza atinente ao campo do direito podem ser trabalhados com mais acesso e facilidade perante os profissionais da área quando o indivíduo que os protagoniza sabe, efetivamente, o que lhe compete.

Outro ponto abordado cujas implicações se relacionam diretamente aos tópicos é a predisposição a mudanças que a sociedade possui, devendo aquelas ser acompanhadas pelo direito, de modo a construir um meio que não sacrifique a própria segurança jurídica em nome dos fatores mutáveis. Assim, uma interessante forma de fazer a sociedade absorver essas mudanças é transmiti-las juntamente com os conhecimentos passados através do rádio, de modo a conscientizar o cidadão sobre o ambiente em que ele vive, em nome da coesão social.

Ainda, quando se fala em capacidade de instruir e ensinar, devem-se ter em mente os problemas existentes na própria educação brasileira, que desembocam na dificuldade de absorção de conhecimento pelas pessoas. Por isso, neste trabalho, a questão também foi tangenciada, dando-se propostas sólidas para poder auxiliar na solução dos problemas pedagógicos nacionais, que incluem a efetiva utilização de meios de comunicação de massa para ampliar e otimizar a transmissão de dados, informes e notícias para as pessoas, indo além das salas de aula, e empregando métodos acessíveis.

Sobre tais ferramentas, especificamente quanto ao uso do rádio, foi trabalhada a potencialidade deste para figurar na vanguarda dessa utilidade. Com uma rápida introdução histórica sobre a invenção e emprego do rádio, particularmente no Brasil, discorreu-se sobre sua efetiva capacidade de se converter em ferramenta jurídico-pedagógica, explorando os métodos acima descritos. Para ilustrá-los, foi lembrada a atuação, a nível local para a cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, da FM UCDB, que trabalha com programas específicos que levam às pessoas informações úteis, de maneira acessível, exemplificando-se pela citação do Minuto Jurídico, ideia que mesclou a otimização do tempo informativo com a qualidade do serviço prestado.

Conclui-se o trabalho com a seguinte mensagem: as fronteiras do conhecimento são sempre capazes de se expandir. A utilização de técnicas que aumentem esse grau de expansão, de forma direcionada às pessoas que, naturalmente, têm menos acesso a quaisquer tipos de dados, é sempre bem-vinda dentro de qualquer área do conhecimento, seja ela o direito ou a pedagogia. O uso do rádio é um meio interessante para isso, apto a ampliar tais fronteiras, e, por conseguinte, efetivar o claro exercício da cidadania pelos seus ouvintes, independentemente de quaisquer condições ou situações em que se apresentem.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, Anair; SILVA, Heliana da. O desenvolvimento histórico das novas tecnologias e seu emprego na educação. In: ALTOÉ, Anair; COSTA, Maria Luiza Furlan; TERUYA, Teresa Kazuko. **Educação e Novas Tecnologias**. Maringá: Eduem, p. 13-25, 2005.
- BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BLOIS, Marlene. Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção. In: DA CUNHA, Magda Rodrigues; HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio brasileiro: episódios e personagens**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Direito: A abordagem do fenômeno jurídico como fato social**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
- FERNANDES, Clístenes Hafner. A educação clássica é a opressão da ignorância. In: SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos *et al.* **Desconstruindo Paulo Freire**. Porto Alegre: História Expressa, p. 52-64, 2017.
- FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Revista Eptic**, v. 14, n. 2, 2012.
- FERREIRA DOS SANTOS, Mário. **Invasão vertical dos bárbaros**. São Paulo: É Realizações, 2012.
- GOMES, Luana Amorim. A rádio-escola no contexto dos adolescentes do semiárido cearense. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair. **História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 227-238, 2009.
- GONÇALVES, Guilherme Leite. Os paradoxos da certeza do direito. **Revista Direito GV**, v. 2, n. 1, p. 211-222, 2006.
- HUURDEMAN, Anton A. **The worldwide history of telecommunications**. London: J. Wiley, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153-176, 2001.
- MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. **O Rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava**. 2012.
- SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos. Paulo Freire: o patrono do pau oco. In: SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos *et al.* **Desconstruindo Paulo Freire**. Porto Alegre: História Expressa, p. 10-52, 2017.
- SQUIRRA, Sebastião. **O século dourado: a comunicação eletrônica nos EUA**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.
- TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. Os Pioneiros da Ciência Brasileira: Bartholomeu de Gusmão, José Bonifácio, Landell de Moura e D. Pedro II. **Revista Sinergia**, v. 4, p. 163, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise fatorial 131, 132, 134, 135, 136, 138, 143

Apl 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Arquitetura ribeirinha 157, 160, 168, 169

Arte 3, 43, 45, 95, 98, 99, 106, 174, 182, 185, 188, 189, 190, 191, 228, 229, 233, 237, 238, 240

Autocomposição 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 225

Autoconfrontação 204, 205, 206, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

B

Barreiras 2, 3, 6, 11, 12, 17, 187, 189, 235

C

Características socioeconômicas 2

Casa das rosas 171, 173, 181

Clínica da atividade 204, 207, 212, 220, 221

Conciliação 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 223

Conflitos 2, 4, 46, 48, 50, 51, 52, 102, 115, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 222, 223, 224, 225, 229, 232

Cracolândia 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117

D

Dependência química 107, 108, 114, 116, 117

Discurso 67, 85, 133, 183, 187, 206, 208, 209, 212, 213, 215, 220, 221, 233, 238, 239, 240, 242

Disney world 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

E

Ebit 30, 31, 32, 35, 37, 38, 39, 40

Educação 3, 4, 5, 6, 7, 6, 10, 82, 96, 102, 105, 106, 112, 121, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 141, 145, 146, 147, 150, 155, 156, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 191, 204, 205, 206, 209, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 237, 246, 247, 251, 261

Educação patrimonial 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Empreendedorismo feminino 1, 2, 3, 5, 7, 8, 11, 12, 13

Endividamento 11, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Ensino superior 7, 9, 11, 15, 97, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 205, 206, 212

Estado da arte 43, 45, 98, 99, 106

Estratégia competitiva 55, 56, 59

Eventos sustentáveis 65, 73, 75

Exclusão social 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109

F

Fabricação digital 157, 159, 165, 169

G

Gênero 6, 7, 8, 9, 86, 97, 104, 172, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 209, 212, 213, 229

Gestão de pessoas 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52

Gestão de projetos 46

H

História da enfermagem 245

I

Impactos sustentáveis 65, 68

Incubadora 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28

Indústria de eventos 65, 68, 73

Indústria têxtil 55

J

Justiça restaurativa 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

L

Lgbt 233

Liminaridade 184, 185, 186, 187, 191

Liquidez 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 135, 184, 235

M

Mapeamento 81, 85, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 118

Marketing 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 57, 64, 71, 72, 74, 75, 82, 83, 144, 235, 262

Modelagem de equações estruturais 131, 132, 138, 139, 141, 143

Mudanças sociais 82, 119, 120, 121, 122, 127

P

Pedagogia jurídica 119

Performance 49, 50, 56, 76, 184, 185, 190, 191, 204

Pessoas em situação de rua 101, 107, 108, 111, 112

Política 84, 88, 91, 94, 101, 102, 103, 105, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 126, 135, 136, 182, 184, 189, 190, 203, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241

Prototipagem rápida 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 168

R

Rádio 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 235

Rentabilidade 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41

S

See now buy now 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Sexualidade 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191

Sobrevivência 21, 25, 29, 57, 73, 145, 149, 151, 153, 155, 156, 255, 256, 263, 265, 266, 271

Socialização 87, 88, 89, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190, 228

Startup 14, 15, 19

Sustentabilidade 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

T

Turismo cultural 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

V

Variável latente 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Y

Youtuber 233, 235, 238, 240, 242

Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020